



O milagre

António Barreto

2008/11/02

Se antes era preciso estudar as causas dos maus resultados em Matemática, agora é urgente estudar as causas do milagre. O ano lectivo de 2007/2008 ficará para sempre na história da educação em Portugal. Nunca saberemos exactamente o que se passou. Mas a verdade é que ocorreu um milagre nos resultados dos exames (do básico e do secundário) e na avaliação das escolas e dos estudantes. Centenas e centenas de escolas viram as suas médias saltar, é esse o preciso termo, de negativas e medíocres níveis para positivas e gloriosos escalões. Mais de 400 escolas que hoje exibem médias positivas em todos os exames nacionais encontravam-se há um ano na lista negra das negativas. Considerando as vinte disciplinas do secundário com mais inscritos, mais de 82 por cento das escolas têm agora médias positivas. A média nacional dos exames de Matemática, negativa há um ano, é agora de mais de 12 valores! Há um ano, apenas 200 escolas conseguiam média positiva a Matemática. Agora, são mais de mil! Mais de 90 por cento das escolas têm agora média positiva a Matemática. Há escolas com médias a Matemática de 18 valores! No conjunto das duas disciplinas, Matemática e Português, 97 por cento obtiveram média positiva! Nas oito disciplinas principais do secundário, a média positiva foi atingida por 87 por cento das escolas!

As médias da Matemática, crónico cancro do sistema, eram o quadro da desonra de uma população manifestamente incapaz de contar. Pois bem! São hoje o certificado de honra e talento de um povo para o qual as equações e as derivadas deixaram de ser mistério. É possível que muitas escolas portuguesas, para já não dizer a média de todas, se situem hoje entre as mais competentes do mundo em Matemática!

Muita gente ficou feliz. Professores gratificados, estudantes recompensados e pais descansados podem comemorar o feito. Nas universidades, esperam-se agora massas de alunos motivados e qualificados. Nos empregos, sobretudo na banca, nos seguros, nas empresas de engenharia e nos laboratórios científicos, esfregam-se as mãos na expectativa de receber, dentro de poucos anos, profissionais extraordinariamente preparados para as contas, o cálculo e o raciocínio abstracto. Nos jornais e nas televisões, onde os jornalistas confundem milhares com milhões e não sabem calcular uma percentagem ou uma taxa de variação, teremos, brevemente, dados exemplares e contas limpas. Começa uma nova era!

O problema é que ninguém acredita! Os interessados não escondem um sorriso matreiro! Os outros, com sobrolho enrugado, desconfiam. Como foi possível? Tanto melhoramento em tão pouco tempo? De um ano para o outro? Melhores professores? Melhores alunos? Novos métodos? Programas renovados? Mais tempo de aulas? Manuais mais bem elaborados? Nova organização curricular? Professores mais empenhados e disponíveis para passar mais horas a ensinar Matemática? Mais explicações privadas? Todas estas perguntas têm necessariamente resposta negativa. Nada disso era possível num ano, nem

para a maioria dos alunos e das famílias. Quem desconfia tem razão. E só encontra três explicações: os exames foram incompreensivelmente fáceis; as regras de avaliação foram extraordinariamente benevolentes; ou houve ingerência administrativa para corrigir as notas. O ministério e o Governo não escapam a estas hipóteses e, se estivessem realmente interessados em conhecer o que se passa na escola, teriam impedido este bodo, não se teriam mostrado beatamente satisfeitos e teriam já procurado saber as razões do milagre. A não ser, evidentemente, que o tenham preparado e encenado.

Se, até há dias, era indispensável estudar as causas e as consequências dos maus resultados em Matemática (assim como do Português, da Física e da Química), agora passa a ser urgente estudar as causas e as consequências deste milagre. Teria sido essa, aliás, a atitude honesta de um ministério e de um Governo preocupados com a educação dos cidadãos. Se ambos são estranhos a esta hipertrofia de resultados, se nenhum teve qualquer influência no processo de avaliação e se ambos estão de boa-fé, então teríamos uma decisão oficial que, de imediato, se propusesse saber as razões e os fundamentos de tal facto. Ninguém duvida de que educar mal é tão pernicioso quanto não educar. Em certo sentido, é pior. Preparar profissionais, técnicos, cientistas e professores num clima de complacência e facilidade pode ter resultados desastrosos. As expectativas criadas não são satisfeitas. As capacidades presumidas são falseadas. O desperdício social e económico é enorme. E é criada uma situação fictícia onde fazer de conta se transforma em virtude. Para tranquilidade dos contemporâneos e para desgraça das gerações futuras.

A publicação de todos os resultados nacionais, seguida da elaboração dos rankings respectivos, transformou-se num hábito, em breve será uma tradição. Ainda hoje há erros de avaliação, de apuramento e de classificação, além de que alguns tentam distorcer os resultados para dramatizar o panorama. Com o tempo, as coisas vão melhorando. Mas, depois de resistências de toda a ordem, a começar pelas de ministros, funcionários e professores, o gesto anual faz parte do calendário educativo. Tem tido consequências positivas. Há escolas, autarquias, professores e pais realmente preocupados com a percepção que todos temos deles. Querem melhorar e querem que se saiba. Não desejam ser conhecidos como as ovelhas ranhosas. Mas o efeito mais perverso foi inesperado. Tudo leva a crer que este milagre é um resultado colateral da abertura de informação. Se os resultados continuassem secretos, talvez os governantes não se tivessem ocupado do assunto. O próximo mistério é este: como conseguirão o Governo e o ministério convencer a comunidade internacional (já que, pelos vistos, a nacional não lhes interessa) da justeza e da bondade destes resultados?

Ausente de Portugal durante duas semanas, não acompanhei directamente os episódios mais importantes na controvérsia entre o Governo, o Parlamento, o Governo dos Açores e o Presidente da República. Mas a leitura dos jornais atrasados é esclarecedora. O Presidente da República tem razão. A sua interpretação das normas constitucionais é adequada e legítima. Se ele deixa fazer, o Governo fará. Creio, aliás, que uma das razões que explicam o gesto do Governo e do Partido Socialista é mesmo essa: saber até onde podem ir. Se podem neste caso, poderão também noutros. Não só neutralizam os poderes do Presidente, como alteram o equilíbrio constitucional. Mais ainda: se percebem que o

Presidente, para evitar conflitos, é complacente, então desdobrar-se-ão em gestos do mesmo tipo. Parece que o Governo e o PS não perceberam com quem se meteram.